

# RESENHAS

## **POR DENTRO DA ESCOLA PÚBLICA**

Vitor Henrique Paro

São Paulo: Xamã, 1995. 335 p.

O novo livro de Vitor Henrique Paro nos dá uma visão da escola pública poucas vezes apresentada em um estudo acadêmico. O autor realizou pesquisa com o objetivo de examinar os problemas e perspectivas que se apresentam à participação da comunidade na gestão da escola pública de 1º grau. A preocupação com o tema se justifica em face do histórico descompromisso do Estado com a oferta de escolaridade às camadas trabalhadoras. Para o autor, somente uma cobrança efetiva e uma atuação incisiva da sociedade civil poderá fazer com que o Estado atenda essas necessidades. Nesse sentido, Paro considera a participação da comunidade na gestão da escola pública de crucial importância para que esta se torne autônoma frente aos interesses dominantes que o Estado representa.

Ao pesquisar essa participação da comunidade na escola, o autor se deparou com uma teia de complexas relações que não se revelam imediatamente ao observador desprovido de um instrumental teórico-metodológico sensível às representações individuais e coletivas dos agentes do processo.

O fio condutor do livro é, pois, a participação dos segmentos da comunidade na gestão escolar. Seguindo por essa trilha, Paro vai construindo, através do seu relato, o quadro de significados, demandas e aspirações dos personagens reais da escola real. A escola pesquisada e as pessoas que povoam seu cotidiano são apresentadas com uma linguagem leve e fluente, revelando, ao mesmo tempo, as dramáticas e complexas relações que se desenvolvem no interior da escola e desta com a sociedade, sem, entretanto, perder o rigor da pesquisa científica.

A origem do livro foi o relato de uma pesquisa etnográfica realizada pelo autor. Como tal, guarda as características da opção teórico-metodológica por ele

assumida. Seu texto pode causar estranheza àqueles que esperam do autor um *gran finale* com conclusões bombásticas ou um receituário de soluções definitivas para os problemas da escola. Coerente com os pressupostos da metodologia adotada no seu estudo, Paro conduz o leitor à elaboração das conclusões possíveis a partir de sua perspectiva e experiência pessoais.

O estudo realizado pelo autor resultou em um grande painel do processo escolar, que precisa ser conhecido por todos aqueles que, direta ou indiretamente, se relacionam com a escola ou que tenham interesse em conhecer os meandros dessa instituição tão necessária e, ao mesmo tempo, desconhecida.

Miguel Henrique Russo

## **TRANSFORMAÇÃO PRODUTIVA E EQUIDADE. A QUESTÃO DO ENSINO BÁSICO**

Vanilda Paiva (org.)

São Paulo: Papyrus, 1994

O livro em questão reúne textos apresentados em dois seminários organizados pela Comissão "Educação e Sociedade" do CLACSO (Conselho Latino-Americano de Ciências Sociais) e realizados em Caracas e em Buenos Aires, em maio e dezembro de 1992, respectivamente.

A importância e a oportunidade dessa coletânea devem ser enfatizadas, pois, ao colocar em relevo o documento da CEPAL intitulado "Educación y conocimiento: eje de la transformación productiva con equidad", de 1992, essa publicação diminui uma injustificável lacuna não só em nosso panorama editorial, como também nas temáticas que atualmente mais absorvem nossos estudiosos de Educação. De fato, embora o relatório cepalino já sirva de base a inúmeros projetos para todos os graus de ensino, tanto no nível

federal quanto em diversos Estados, a discussão, entre nós, sobre esse documento seminal ainda é incipiente.

No conjunto do livro, destaca-se o artigo assinado por Vanilda Paiva e Miriam Warde, destinado, sem dúvida, a se tornar referência obrigatória para a atualização do debate de políticas educacionais.

Traçando um histórico sucinto e muito preciso das contribuições da CEPAL para o ideário econômico e social da América Latina ao longo das últimas quatro décadas, o trabalho de Paiva e Warde situa as novas propostas no conturbado processo de globalização da economia. Cuidadosamente, as autoras vão desdobrando os argumentos pró e contra a diminuição da ação estatal nas diversas esferas da sociedade, delineando as contradições que tal orientação gera tanto nos países centrais, quanto, principalmente, na América Latina. Fazem a correspondência entre as tendências macroeconômicas dominantes e o atual discurso cepalino, identificando nesse último um embasamento em categorias morais que procura justificar a proposta de "engate" do continente no contexto da nova ordem internacional. Ao explicitarem argumento da CEPAL — segundo o qual a maior produtividade e competitividade internacional substituiriam quase completamente o Estado na tarefa de atingir objetivos internos como equidade, democracia e coesão social — Paiva e Warde comentam que alguns críticos se perguntam "em que medida seria possível confiar num conceito de equidade com distribuição dos frutos do progresso técnico, se este supõe exclusão pela competição e atendimento a uma demanda qualificada".

No campo educacional, as tentativas chilenas e norte-americanas de melhorar a qualidade de ensino — através de mecanismos de descentralização, de privatização e de introdução de mecanismos de mercado — são descritas pelas autoras como modelos inspiradores das teses cepalinas. As duas analistas, reafirmando o conhecido rigor que embasa o trabalho

de ambas, chamam atenção para o fato de que tais modelos devem ser situados historicamente, a fim de que sejam evitadas apressadas generalizações.

Ao apresentar a coletânea, Paiva e Warde dão destaque às características que colocam cada texto a favor ou contra as propostas da CEPAL. O trabalho de German Rama (Uruguai), por exemplo, é citado como portador de bem fundamentadas críticas à tendência de descentralização, que vem atada à crença de que as comunidades locais são perfeitamente representativas dos interesses de todos e de que estariam isentas de relações de poder.

Os estudos de Sonia Lavin (Chile) e Rita Pucci de Liprandi (Argentina) são considerados como solidários às teses cepalinas. Paiva e Warde, adicionalmente, identificam em ambos uma certa recuperação do chamado "otimismo pedagógico", já que os mesmos explicitam a idéia de construção da "identidade institucional" a partir da escola e definem a realização da qualidade e da equidade a partir de grupos de professores interessados e comprometidos com esses objetivos.

Alguns teóricos poderiam dizer que a crítica ao "otimismo pedagógico" não evita que Paiva e Warde se aproximem de um outro tipo de otimismo ("otimismo estrutural?"). De fato, quando afirmam que o novo modelo produtivo "não funciona com disparidades de monta", uma vez que envolveria segmentos muito amplos da população, as autoras abrem brecha para que se façam algumas restrições. Ou seja, diversos estudiosos, como Noam Chomsky, por exemplo, discordam desse tipo de análise e têm argumentado que o novo padrão internacional é crescentemente excludente, tendendo "a construir ilhas de excelência em um mar de desemprego e miséria". Para tais analistas, o aumento das disparidades já é notável até mesmo no Primeiro Mundo, destacando o fato de que países desenvolvidos (e a Inglaterra é citada como caso típico) enfrentam problemas de exclusão em proporções que há muitas décadas não conheciam.

Adicionalmente, as autoras endossam o otimismo cepalino quanto à nova relação entre economia e educação quando fazem, por exemplo, a seguinte afirmação: "... um elevado patamar de educação e de conhecimento real, passível de utilização concreta, é condição para o funcionamento adequado das sociedades modernas contemporâneas" (p.23). Neste aspecto, pode-se perguntar o que seria "funcionamento adequado" das sociedades modernas, desde que consideremos os dados, já comentados, que indicam o aumento do índice de exclusão mesmo em países com altas taxas de escolaridade. Uma afirmação mais consensual talvez devesse explicitar que educação e conhecimento são condições "necessárias, mas não suficientes" para melhor funcionamento das sociedades. Quando essa ressalva não é feita, nos defrontamos com outra face do tão criticado "otimismo pedagógico".

Outros analistas vão mais longe no questionamento do estreito vínculo que se tenta estabelecer entre educação e nova ordem econômica. José Luiz Coraggio, por exemplo, assim se expressa sobre o tema: "Por que, sendo este um momento em que se destroem os direitos humanos em nome de uma razão sistêmica, sendo também um momento de demanda de informação empírica precisa e, em todo caso, de conhecimento instrumental — tanto técnico quanto interpretativo dos processos cujos efeitos se experimentam — coloca-se agora a defesa da educação como um direito, sobre bases morais, e como formação universalista que transcende muito a necessidade imediata? Em que medida isto responde a requisitos sistêmicos da economia (do mundo da produção) ou às necessidades de legitimação política de um projeto

econômico excludente? ..." (*Economía y Educación en América Latina*, mimeo, s/d, FLACSO, Equador, p.41).

Entre nós, outros estudiosos, com base em dados empíricos que mostram a permanência de relações de trabalho opressivas mesmo em ambientes tecnicamente renovados, se perguntam "até que ponto as tão decantadas modificações decorrentes da introdução de novas tecnologias e da 'modernização' estariam, realmente, apontando para modificações mais substanciais nas relações de trabalho e nas demandas por habilidades educacionais mais sofisticadas" (Maria Laura P. B. Franco, *Cadernos de Pesquisa*, n.83, nov. 1992).

Mesmo aqueles que quiserem classificar as questões colocadas por Coraggio como expoentes da "síndrome do catastrofismo" deveriam conceder ao autor o benefício da dúvida. No mínimo, os pontos levantados podem abalar saudavelmente as certezas que tendem a se consolidar em torno de um documento de cunho ideológico tão marcante como aquele produzido pela CEPAL.

Paiva e Wardé, como era de se esperar de autoras tão rigorosas e críticas, concluem que "ainda é cedo para captar as conseqüências mais profundas da nova ideologia cepalina e sua tradução no campo educacional". De todo modo, enquanto persiste a imprecisão dos novos projetos sociais, o desafiante livro organizado por Paiva, aqui tão estreitamente resenhado, constitui contribuição inestimável para a reflexão e para o debate.

Dagmar M. L. Zibas